

AUTISMO INFANTIL E A INCLUSÃO SOCIAL NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS: DISCUSSÃO NECESSÁRIA

CHILDHOOD AUTISM AND SOCIAL INCLUSION IN EDUCATIONAL SPACES:
NECESSARY DISCUSSION

AUTISMO INFANTIL E INCLUSIÓN SOCIAL EN LOS ESPACIOS EDUCATIVOS:
DISCUSIÓN NECESARIA

Antônia Gonçalves de Souza¹

Luciene Barbosa²

Fabiana Mânica Martins³

Carla Silvana de Oliveira e Silva⁴

Luís Paulo Souza e Souza⁵

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo desenvolver uma revisão bibliográfica através da análise da história do autismo desde a sua descoberta até os dias atuais, determinando os registros no país e no mundo e como se encontra o panorama acerca da inserção das crianças autistas nas redes de ensino, visando as possíveis melhorias. Pode-se caracterizar o autismo infantil como um déficit no desenvolvimento social do indivíduo, levando-o a situações como isolamento social, dificuldades no uso de linguagens e comunicação, dificuldade em relações pessoais e inclusão na educação. De acordo com muitos estudiosos, o autismo ainda se encontra em crescente demanda e pesquisas nos últimos anos, sendo extremamente necessária a diversificação e inclusão do tema à sociedade, uma vez que permite a crianças com necessidades especiais o acesso a seus direitos a acesso a métodos de ensino igualitário entre os alunos, seguindo os parâmetros determinados pela legislação.

1255

Palavras-chave: Autismo. Infância. Escola. Rede de Apoio.

ABSTRACT: The present study aimed to develop a bibliographic review through the analysis of the history of autism from its discovery to the present day, determining the records in the country and in the world and how the panorama is about the insertion of autistic children in the education networks, aiming at possible improvements. Childhood autism can be characterized as a deficit in the individual's social development, leading to situations such as social isolation, difficulties in the use of languages and communication, difficulties in personal relationships and inclusion in education. According to many scholars, autism is still in growing demand and research in recent years, and it is extremely necessary to diversify and include the theme in society, since it allows children with special needs to access their rights to access equal teaching methods among students, following the parameters determined by legislation.

Keywords: Autism. Childhood. School. Support Network.

¹ Psicóloga, Especialista em Neuropsicopedagogia. Pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas.

² Graduanda em Enfermagem pela Universidade Vale do Rio Verde.

³ Doutora em Saúde Coletiva. Professora da Universidade Federal do Amazonas.

⁴ Pós-Doutora em Ciências. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros.

⁵ Pós-Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal do Amazonas.

RESUMEN: El presente estudio tuvo como objetivo desarrollar una revisión bibliográfica a través del análisis de la historia del autismo desde su descubrimiento hasta la actualidad, determinando los registros en el país y en el mundo y cómo se presenta el panorama sobre la inserción de los niños autistas en las redes educativas, apuntando a posibles mejoras. El autismo infantil se puede caracterizar como un déficit en el desarrollo social del individuo, que conduce a situaciones como el aislamiento social, dificultades en el uso del lenguaje y la comunicación, dificultades en las relaciones personales e inclusión en la educación. De acuerdo con muchos estudiosos, el autismo sigue siendo objeto de una creciente demanda e investigación en los últimos años, y es sumamente necesario diversificar e incluir el tema en la sociedad, ya que permite a los niños con necesidades especiales acceder a sus derechos a acceder a métodos de enseñanza igualitarios entre los estudiantes, siguiendo los parámetros determinados por la legislación.

Palabras clave: Autismo. Niñez. Escuela. Red de apoyo.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), também conhecido como autismo, transtorno autístico, transtorno de Asperger, transtorno desintegrativo da infância e transtorno global do desenvolvimento não especificado, pode ser definido como um transtorno complexo que compromete o processo do neurodesenvolvimento infantil, caracterizado por comprometimento qualitativo da interação social; comprometimento da comunicação; e padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades (FONSECA MEG, 2015; ONZI; GOMES, 2015).

Segundo Lourenceti (2015), o autismo foi estudado pela primeira vez em 1801 pelo médico Jean Marc Itard, sendo relacionada à campos da esquizofrenia, analisado através do caso de uma criança resgatada que apresentou sintomas de isolamento social, dificuldade de comunicação e relações sociais. Nesta época, as pessoas com autismo eram assimiladas a esquizofrênicos e, em grande parte dos casos, eram enviados a hospícios junto a demais doentes mentais.

Em 1908, houve avanços em pesquisas como a do Dr. Theodore Heller, que associou o Transtorno desintegrativo à área de estudos do autismo, após estudar seis crianças e obter resultados de sintomas similares a casos de autismo registrados na época. Detectando após os quatro primeiros anos de vida sintomas como perda de habilidades comunicativas e sociais, relacionando o autismo a uma nova condição de demência infantil (LOURENCENTI, 2015).

Já em 1911, nas pesquisas realizadas pelo psiquiatra Eugen Bleuler teve a definição do termo autismo como “fuga da realidade”, relacionando o autismo a pacientes esquizofrênicos que se isolaram e não mantinham qualquer relação com o mundo exterior (ARAÚJO; SANTO; BORGES, 2021).

É importante ressaltar que, segundo diversos médicos, professores, historiadores e estudiosos da área (LOURENCETI, 2015; GOMES; MENDES, 2010), sobre o caso do autismo relataram na história da evolução os estudos do Dr. Léo Kanner realizados a partir de 1943, no qual ele reuniu e analisou onze crianças com idades entre dois a oito anos, apresentando sintomas de dificuldade em estabelecer relações sociais, linguagens comunicativas, excelente memória e acentuada fixação por objetos, rotinas, estereotípias. Em 1944, o doutor Hans Asperger após um ano da publicação do doutor Léo Kanner, publicou a sua tese sobre a análise e identificação de sintomas idênticos ao autismo, mas com graus mais leves e poucas diferenças, sendo definido como a Síndrome de Asperger.

A sintomatologia do transtorno do espectro do autismo foi bem definida em 1979 por Lorna Wing, ao descrever os sintomas do autismo como uma tríade entre déficit de comunicação, interação social e padrões repetitivos e restritos do comportamento, definindo o autismo no artigo como retardo mental, sendo os registros efetuados pela Associação do Transtorno do Espectro do Autismo como déficit cognitivo á pacientes crianças que eram estudadas e apresentaram o QI inferior a 50, (PEREIRA; SCHMITT, 2016).

Segundo Araújo; Santos e Borges (2021) e APA (2013) atualmente, com análises e avanços no âmbito do autismo, obtivemos a modificação nas definições do autismo, sendo a quarta versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (MDETM) a mais utilizada, que relata que o autismo é caracterizado por um distúrbio no neurodesenvolvimento que afeta a sóciocomunicação, podendo ser em grau leve, que permite a comunicação do autista através de métodos e suportes, em grau moderado e severo, que apresenta grande déficit na comunicação com outras pessoas e cognição do autista, contribuindo para o seu isolamento social e inflexibilidade dos atos, sendo mais registrada em homens do que em mulheres, diferente de casos anteriores que relatavam o autismo com relações com a esquizofrenia, privando os portadores de total acesso a educação e suporte.

Na década de 90 houve grandes transformações na política educacional brasileira, nessa época começou o movimento de inclusão escolar que resultou em novas perspectivas no campo da educação especial, onde Michels (2011) enfatiza que nos anos 90, a Educação Especial tinha como orientação o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial (1994), o qual apresenta como fundamentos a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

O objetivo desse trabalho é desenvolver uma revisão bibliográfica através da análise da história do autismo desde a sua descoberta até os momentos atuais e inclusão do sujeito autista no contexto escolar educacional e social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com pesquisas realizadas por Gomes e Mendes (2010) e Nunes; Azevedo e Schmidt (2013) o âmbito da inclusão do portador de autismo nas redes de educação, pode-se determinar que ainda há muitas modificações a serem realizadas nos setores administrativos dos estados e suas instituições, uma vez que menos de 20% dos educadores possuem qualificação profissional para atuar diretamente com portadores de autismo e grande parte das instituições apesar de aderirem à diversidade de alunos não oferece estudo qualificado para as necessidades especiais dos alunos.

Segundo os dados mais recentes que se possuem do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP (2019), o registro de alunos portadores do autismo matriculados nas redes de ensino pública e particular no Brasil em 2017 foi de 77.102 crianças e adolescentes portadoras do autismo cadastradas nas mesmas instituições de alunos sem deficiência. Em 2018, foi registrado 105.842, evidenciando um aumento de 37,27% em um ano.

Analisando as pesquisas de Gomes e Mendes (2010) e Nunes, Azevedo e Schmidt (2013), podemos determinar fatores extremamente importantes para a inclusão do portador de autismo na educação.

Inclusão Familiar

De acordo com Fiamenghi e Messa (2007), toda mudança que vem a acometer um membro da família exerce impacto em cada integrante individualmente e sistema

familiar como um todo. A família de uma criança com o diagnóstico de transtorno de aspecto autista apresenta a princípio muitas dificuldades em lidar com a situação, dúvidas, medos, podendo desenvolver posturas e atitudes que provocam o desequilíbrio na dinâmica família, com sentimentos de muita angústia, ansiedade e estresse em seus membros. A inclusão familiar no âmbito do portador do autismo envolve extrema dedicação da família para com o portador e é extremamente importante para auxiliar na inclusão da vida social pessoal e futuramente profissional do portador.

Autores como Bosa e Callias (2000) dizem que, a decisão inicial da família de pesquisar e entender sobre o autismo e os fatores acerca deste transtorno, envolve diversos métodos que podem contribuir para o diagnóstico e tratamento do portador do autismo, desde a necessidade de acompanhamento médico e psicológico para a determinação do grau do autismo, sendo grau 1 leve, que permite a comunicação via meios de controles e aparelhos, o grau 2 moderado e grau 3 grave, que apresenta quase nenhuma comunicação ou interação social.

Ao conhecimento geral da família sobre a possível realidade que se é vivida atualmente pela população além do auxílio na garantia dos seus direitos perante a inclusão social e auxílio governamental

De acordo com a Lei federal para autistas, nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que altera o 3º par. do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

Ainda de acordo com a lei acima, a pessoa com o transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais e possui direitos como a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação, a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce.

O atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes, o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de

trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

São direitos das pessoas com transtorno do espectro autista, a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, o lazer, a segurança e proteção contra qualquer forma de abuso e exploração, o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo, os medicamentos, a nutrição adequada e auxílio no diagnóstico. Os mesmos são garantidos em 2012, pela Lei Berenice Iana, de nº 12.764/12, que criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a qual reconhece que a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais, 18 de fevereiro de 2020.

Com o uso desta lei e todos os seus atributos a favor do autismo, pode-se determinar a garantia dos direitos dos autistas para a inserção do autista nas redes de instituição escolar desde os primeiros anos a vida adulta além do auxílio governamental (HAMER et al., 2014).

Inclusão social

De acordo com muitos estudiosos como Gomes e Mendes (2010) e Nunes, Azevedo e Schmidt (2013), inclusão social é importante para auxiliar na inserção do indivíduo na sociedade, em muitos casos, é exigida por cidadãos com alguma necessidade especial que possui o direito, mas que não lhe é devidamente aplicado, por isso muitos recursos foram desenvolvidos para garantir a efetiva dos direitos.

A Organização das Nações Unidas (ONU), instituiu em 2007, o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo, como forma de conscientizar a população sobre o autismo, que atualmente afeta cerca de setenta milhões de pessoas em todo o mundo e, segundo Araújo, Santos e Borges (2021), a história da inclusão social e educacional no Brasil sempre se apresentou evolutiva, mas precária, sendo gerada a partir da declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, mas foi a partir dos anos 90 que se tornou efetiva, com a ajuda da Organização das Nações Unidas, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criou-se a Escola Inclusiva, que se tornou uma grande mobilização para tornar todas as escolas inclusivas a todos os alunos portadores e não portadores de necessidades especiais.

Para isso foram realizadas inúmeras reuniões, conferências e compromissos internacionais, em que todos os países envolvidos contribuíram para a construção de métodos no qual a educação deve ser consolidada. Dos vários encontros realizados, destaca-se a Declaração de Salamanca (1994); a Carta de Luxemburgo (1996) e a Declaração de Madrid (2002).

Segundo Brasil (2007), a inclusão escolar brasileira envolve todos os setores políticos, econômicos, sociais e pedagógicos do país.

Nos setores políticos temos leis que preservam os direitos dos autistas e obrigam a administração dos países e seus estados a cobrá-las das instituições, se adequando a as necessidades dos alunos, como a Lei federal para autistas, nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que altera o 3º par. do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que atualmente se encontra efetiva e muito utilizada pelos portadores do autismo e seus familiares.

Nos setores pedagógicos, atualmente, com análises e avanços baseados nos estudos de Gomes e Mendes (2010) e Nunes, Azevedo e Schmidt (2008; 2013), menos de vinte por cento de profissionais que atuam em sala de aula possuem qualificação profissional para lecionar a crianças e adolescentes autistas, por isso muitas modificações e investimentos ainda são necessários para obter uma escola com ensino de qualidade.

Inicialmente, deve-se investir em profissionais capacitados para atuar em sala de aula, que possuam o total conhecimento sobre os tipos de alunos que irá ensinar e os tipos de doenças da mente, de transtornos leves, moderados ou intensos que exijam o raciocínio rápido e prático para resolver os mais variados casos descritos em sala de aula.

Muitos alunos portadores do autismo apresentam em idades e níveis variados, diferentes tipos de ações em sala de aula ou na presença dos seus colegas, muitos tendem a ter dificuldade, por isso devem ser supervisionados e auxiliados no tipo de conduta que deve ser seguida, com métodos que priorizam a reformulação de suas ideias, o respeito e a educação, a organização do tempo em suas vidas visando o total controle de suas ações para o seu desenvolvimento no âmbito pessoal, social e profissional.

Para desenvolver métodos eficazes que auxilie no tratamento dos autistas, os docentes analisaram diversos fatores que podem influenciar na inclusão educativa do

aluno como o estímulo visual através da tecnologia, que se dispõe de inúmeras abordagens diretas e indiretas ao aluno, desde a interação entre eles como jogos educativos, inclusive sobre o próprio transtorno do autismo ao desenvolvimento pessoal do autista.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo do tipo revisão de literatura, realizado por meio de leituras sistemática. Para desenvolver esta pesquisa científica e atender ao objetivo de identificar, questionar e analisar a real situação da inserção social e educacional do portador do autismo na sociedade, foi utilizado o meio de pesquisa virtual, que permitiu o acesso a diversos artigos e pesquisas referentes ao tema do autismo.

Foi utilizado também o procedimento técnico de pesquisa e revisão bibliográfica, considerando o trabalho da psicóloga Lourenceti (2015), que publicou o seu artigo em formato de slide com diversas informações sobre o autismo, dentre elas a sua origem, história, as primeiras pesquisas e definições do seu nome, conhecido hoje como espectro do autismo como o médico Itard em 1801, que estudou o autismo e sem muitas informações o associou a doença relacionada a esquizofrenia.

1262

Levando a conclusão da sociedade da época que todos os doentes da mente deveriam ser isolados em manicômios e clínicas derivada, relata ainda médicos como o John Haslam que analisou casos como de crianças internadas em asilos, ou casos como do psiquiatra inglês Henry Maudsley que em 1887 associou os sintomas ao autismo precoce, diferenciando dos campos da esquizofrenia, abrindo as portas para uma nova definição do autismo.

Relatou casos com os do médico Theodore Heller em 1908 e Elgen Bleuler que realizaram pesquisas de campo com crianças portadoras do espectro do autismo e contribuíram para a evolução do autismo na história além de definir o próprio termo “autismo”, que significa fuga da realidade, para o ramo da evolução do autismo, a maioria os estudiosos relataram que as pesquisas do doutor Léo Kanner foram essenciais para a definição atual do autismo,

Além dos estudos realizados pelo Dr. Hans Asperger em 1944 na Europa, que analisando sintomas similares ao autismo com poucas diferenças descobriu a síndrome de Asperger e os estudos realizados por Lorna Wing, que em 1979, estudou e assimilou o autismo a uma tríade de sintomas relacionados ao déficit de comunicação, interação

social e padrões repetitivos e restritos do comportamento, levando o portador do autismo a apresentar um QI inferior a 50.

Dentre os diversos modelos de pesquisas, utilizou-se do método de pesquisa qualitativa para analisar e interpreta as informações coletadas através dos fenômenos sociais e comportamentais do portador do autismo, com o principal objetivo de desenvolver uma pesquisa exploratória sobre o tema do autismo e conclusões descritivas acerca do tema, utilizamos de análises baseadas nas pesquisas científicas e de campo realizadas por Gomes e Mendes, (2010) e Nunes; Azevedo e Schmidt (2013), que relatam o problema da inclusão social do portador do autismo nas instituições nos levando a conclusão de que ainda á muitas modificações a serem realizadas.

Para agir em qualquer situação que envolva o portador do autismo e seus familiares, analisando através das pesquisas, detectamos que o principal trabalho nas instituições será realizado pelo professor que possui a capacitação e que inicialmente acolherá o portador do autismo e servirá como guia aos familiares do portador, que muitas vezes o insere nas escolas sem nenhum tipo de guia ou informação a respeito do transtorno, considerando o grau do transtorno apenas como leve alteração e que pode ser ensinado com tarefas rotineiras juntamente com demais alunos que não apresentam nenhum transtorno.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analizando a pesquisa bibliográfica metodológica realizada por Gomes e Mendes (2010) e Nunes, Azevedo e Schmidt (2008; 2013), pode-se concluir que dentre as muitas modificações que devem ser realizadas a mais importante é a preservação da Lei federal para autistas, nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que altera o 3º par. do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que define padrões mínimos para ser cumprido pelo país, os estados e as instituições que nele atua, fornecendo ao portador a segurança, suporte médico e psicológico, além de apoio aos familiares com a disponibilização nos sites governamentais de matérias, pesquisas e tratamentos relacionados ao transtorno do espectro do autismo, servindo para orientação também a profissional que atuam nesta área.

Prosseguindo com a nossa análise bibliográfica, identificou-se a situação problema resultante destacada pelos estudiosos, como a falta do suporte adequado fornecido pelas instituições aos alunos portadores do autismo e seus familiares.

Este é um problema que é datado há séculos e por isso o estudo da história é tão importante para auxiliar na sua evolução, ainda hoje muitas instituições fornecem vagas para todos os tipos de alunos, mas não cumprem com as exigências das leis que protegem os autistas e exige que seja fornecida educação, ensino adequado ao aluno, com ambiente adaptado, profissionais capacitados para lidar com qualquer situação física ou psicológica, e o problema se agravou intensamente após o surgimento da pandemia do COVID-19, restringindo todo tipo de contato físico ao método de educação online até a total imunização da população, por isso, além dos problemas encontrados atualmente ainda devem-se acompanhar como serão realizado os novos métodos de ensino a distância.

Para a solução da situação problema, identificamos que se deve efetuar uma reformulação nos métodos de atuação do estado perante as obrigações das instituições, pois, há leis que protegem e garantem os direitos dos portadores do autismo, mas não há a fiscalização adequada nas instituições que garantam esses direitos, principalmente no cenário atual.

Nesse sentido, deve-se manter uma atenção redobrada aos novos métodos de ensino, uma vez que nem toda a população possui acesso à internet, em suas residências, elevando aquela porcentagem de famílias que não possui o acesso a requererem aulas presenciais diferenciadas, com equipamentos de proteção fornecidos ao professor e ao aluno, em sua residência ou no âmbito escolar, e o principal fator a ser considerado é o investimento constante em tecnologias a favor da inserção social e em profissionais com preparo físico, psicológico e profissional, que atuem em qualquer condição social, econômica ou política. .

No âmbito educacional, considerando a história da evolução do autismo aos dias atuais, podemos identificar que ainda há muitos investimentos a serem realizados, pois há a existência de leis que favorecem o portador do autismo e seus familiares, mas não há a fiscalização para o cumprimento das mesmas, deixando o setor educacional brasileiro desfalcado em relação às exigências da qualificação profissional e fornecimento de ensino de qualidade aos portadores e demais alunos.

Como resolução principal, identificamos a necessidade da efetiva participação do estado na administração das instituições de ensino, disponibilizando recursos administrativos para a atuação das instituições e qualificação acessível aos docentes,

além da fiscalização periódica do cumprimento das determinações e relatórios avaliativos para comparação, realizados pelos fiscais do governo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da história do desenvolvimento do autismo, dos inúmeros estudos e descobertas acerca deste transtorno que elevou a doença do autismo desde 1801 através das pesquisas dos médico Jean Marc Itard com definições relacionadas a pessoas esquizofrênicas até um Transtorno do Espectro do autismo, que remete apenas a um déficit nas relações sociais, com 3 tipos de níveis sendo o leve, moderado e grave, podemos afirmar que ainda hoje há muitas instituições deixam a desejar com os requisitos básicos para ensino, desde o suporte básico a educação dos portadores como identificação dos sintomas que diferenciam o autismo de outras doenças, a prática da paciência e métodos que entretém o autista e o mantém focado nos determinados objetos que mais lhe atraem, evitando possíveis crises que são frequentes em portadores de autismo de níveis moderados ao grave que permanecem por um período longe de seus costumes rotineiros.

Pode-se ressaltar que o grande avanço tecnológico é um ponto extremamente favorável para a inserção social, uma vez que auxilia o educador na busca de qualificação para a atuação direta em sala de aula, o auxilia no ministrar de suas aulas com slides, vídeos, jogos interativos, conhecimento e direcionamento da escolha de possíveis ramos profissionais em que o portador do autismo mais se identifica e a efetiva disciplina acerca dos estudos e o tema de vida e trabalho, ainda auxilia o portador do autismo a desenvolver o estímulo social, uma vez que o mesmo apresenta em seus sintomas a fixação por rotinas e determinados objetos.

Conclui-se que, o objetivo da pesquisa foi atingido ao questionar e analisar a real situação da inserção social e educacional do portador do autismo na sociedade e determinar a necessidade de modificações, contribuindo para as pesquisas acerca do autismo que auxilia na sua descoberta, estudo e tratamento.

REFERÊNCIAS

APA. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-V: Diagnostic and statistical manual of mental disorders (5th ed.)**. Washington, DC. 2013.

ARAÚJO, Paulo Henrique; SANTOS, Verônica Andrade dos; BORGES, Isabella Carolina. O autismo e a inclusão na educação infantil: estudo e revisão. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.2, p. 19775-19789 feb. 2021.

BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria Callias. Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. **Psicol. Reflex. Crit.**, v.13, n.1, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000100017>

BRASIL. Ministério da educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC.2007.

FIAMENGHI J, MESSA AA. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. **Psicologia ciência e profissão**. 2007; 27:236-45.

FONSECA meg. **O diagnóstico dos transtornos do espectro do autismo-TEA**. 2015 1-44.

GOMES, Camila Graciella Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Rev. bras. educ. espec.**, v.16, n.3, dez., 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000300005>. Acesso em: 20 maio. 2021.

HAMER, Bruna Laselva; MANENTE, Milena Valelongo; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho. Autismo e família: revisão bibliográfica em bases de dados nacionais. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 31, n. 95, p. 169-177, 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-84862014000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 jun. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico**. Brasília, 2020.

LOURENCETI, Maria Dalva. **Transtorno Do Espectro Autista**, 2015. Disponível em: <http://www.hcfmb.unesp.br/wp-content/uploads/2015/02/Autismo.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2021.

MICHELS, Maria Helena. **O instrumental, o gerencial e formação a distância: estratégias para a conversão docente na perspectiva da educação inclusiva**. In: Caiado, Kátia Moreno; Jesus, Denise Meyrelles de; Baptista, Cláudio Roberto (Orgs.). Professores e educação especial: formação em foco. Porto Alegre: Mediação, 2011. p.79-90.

NUNES, Debora Regina de Paula; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico; Schmidt, Carlos. Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**. Santa Maria,. 26, n.47.p. 557-72, set/dez. 2013.

NUNES, Debora Regina de Paula; AZEVEDO, Queiroz Orrico; SCHMIDT, Mariana. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial** [en linea]. 2013, 26 (47), 557-572 [fecha de Consulta 10 de Junio de 2021]. ISSN: 1808-270X. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313128786005>. Disponível em. Acesso em 25 de jul. 2021.

ONZI, F. Z.; GOMES, R. de F. Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 12, n. 3, 2015. Disponível em: <<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/1293>>. Acesso em: 1 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1993.

PEREIRA, Kelda de Fátima; SCHMITT, Beatriz Dittrich. Produção de conhecimento sobre autismo na escola: uma revisão sistemática na base Scielo. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, mar. 2016.. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/7135>>. Acesso em: . 29. Dez. 2024.